IMPRESSO

Petróleo & Política

Ano II nº 21
Setembro de 2000

Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

Termelétricas FHC troca energia limpa por energia suja para atender ao FMI

"O governo FHC deixou os projetos hidrelétricos do país morrerem para viabilizar as termelétricas, que dependem da importação de gás". A denúncia foi feita pelo presidente da AEPET, Fernando Siqueira, durante debate promovido pelo Clube de Engenharia sobre o gasoduto Bolívia-Brasil, no último dia 4 de setembro. Diante de uma platéia lotada, o presidente da AEPET, último debatedor do encontro, fez uma exposição minuciosa sobre o projeto neoliberal em curso no mundo. Segundo ele, a quebra do monopólio do gás canalizado (imposição do FMI) e as recomendações feitas pelo consórcio Boozz Allen/Coopers Lybrand – a quem o governo federal entregou seu planejamento estratégico e a reestruturação do setor elétrico, são etapas desse projeto comandado pelo póprio presidente da República.

"A quebra do monopólio do gás canalizado e a reestruturação do setor elétrico são etapas do projeto neoliberal do governo."

(Páginas 2 e 3)

Alerta: reposição espontânea é demagogia

A AEPET decidiu alertar seus associados - especialmente aqueles que se aposentaram a partir do ano de 1989 e também acabaram prejudicados pelos planos Verão e Collor - no sentido de que não acreditem nas promessas do governo federal de pagar espontaneamente esses débitos e procurem apoio dos sindicatos da categoria e da FUP.

No entender da AEPET, a promessa de FHC, feita depois que o STF determinou a reposição dos índices inflacionários expurgados dos saldos das contas do FGTS de um grupo de trabalhadores, não passa de "medida eleitoreira". Lembrando o "emprétimo compulsório sobre os combustíveis", que o governo prometeu e não restituiu, a AEPET adverte que a promessa de FHC dificilmente será cumprida depois das eleições.

A decisão do STF, dada por unanimidade, irá guiar os julgamentos em relação àqueles dois planos. O prazo para reclamar o direito à correção do Fundo é de 30 anos, mas o governo ameaça baixar uma Medida Provisória (MP), reduzindo esse prazo para cinco anos. Portanto, os trabalhadores que quiserem ingressar na Justiça para repor aqueles índices expurgados, de mais de 69%, deverão fazê-lo imediatamente.

Assim, quem tinha conta entre janeiro e março de 1989 (Plano Verão) e/ou entre março e junho de 1990 (Plano Collor 1) poderá solicitar a atualização de suas contas vinculadas do FGTS. Para tanto, devem procurar seus sindicatos, munidos de xerox autenticada da carteira de identidade, do CPF; da carteira de trabalho e dos extratos de sua conta de FGTS dos meses de janeiro, fevereiro e março de 1989 e de março, abril, maio e junho de 1990.

"Os trabalhadores que quiserem ingressar na Justiça para repor aqueles índices expurgados, de mais de 69%, devem fazê-lo imediatamente, para fugir das manobras do governo."

MEMÓRIA



O mundo foi sacudido em setembro com mais um choque nos preços do petróleo, que podem chegar aos US$ 40/barril, afetando toda a economia mundial. O primeiro choque ocorreu em 1973, quando os países exportadores, organizados na OPEP, quadruplicaram os preços, passando de US$ 3 a US$ 12, após a guerra entre árabes e israelenses. A OPEP foi fundada em setembro de 1960, em Bagdá, para reagir à decisão do cartel das sete irmãos do petróleo - Exxon (Esso), Shell, Mobil, Texaco, Chevron, BP e Gulf - que queriam reduzir o pagamento de "royalties" aos países produtores. Lamentavelmente, hoje a OPEP atua como "testa de ferro" destas mesmas corporações transnacionais, já que estas detêm gigantescas concessões na maioria dos pasíses da OPEP. Os EUA controlam a Aramco (Aábia Saudita) e a Inglaterra controla o Kwait. Os dois controlam os Emirados Árabes. A PDVSA também estava sob o controle dos dois países até a eleição do presidente venzuelano, Hugo Chaves.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Avenida Nilo Peçanha, 50/ 2409. CEP: 20044-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel: (21) 533-1110
Fax: (21) 533-2134

Endereço Eletrônico:
aepet2@ax.apc.org
Página na Internet:
http://www.aepet.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Diomedes Cesário da Silva

PATRIMÔNIO
Heitor Manoel Pereira

VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO
João Roberto Neves

COMUNICAÇÕES
José Conrado de Souza

VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
Argemiro Pertence Neto

PESSOAL
Luiz de Campos Herdy Silva

VICE-DIRETOR DE PESSOAL
Sérgio Queiroz Lyra

CULTURAL
Paulo Sérgio Decnop Coelho

VICE-DIRETOR CULTURAL
Marcelo Salles

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Ricardo Maranhão, Pedro Francisco de Almeida Castilho e Sydney Reis Santos

Suplentes: Nelson Camanho da Costa Filho, Elie Abadie e Gerson Nakano

Petróleo & Política
Editado pela Assessoria de Comunicação Social
Jornalista Responsável
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
Diagramação e Arte Final
J. Paulo Carneiro
Impressão:
Márcio Delmiro

GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

Governo FHC despreza hidrelétrico e repete erro

Projeto só interessa às multinacionais que controlam

"A construção do gasoduto Bolívia-Brasil e a conseqüente troca de nosso potencial hidrelétrico doméstico pela importação de gás revivem outro equívoco cometido nos anos 50, quando o governo federal priorizou a construção de estradas, para justificar a vinda da indústria automotiva, e desprezou meios de transporte mais baratos, como as ferrovias e a navegação costeira e fluvial".

O comentário foi feito pelo presidente da AEPET, Fernando Siqueira, durante debate que o Clube de Engenharia promoveu sobre o gasoduto Bolívia-Brasil, no último dia 04 de setembro de 2000. Prestigiado por dezenas de pessoas, o encontro contou também com as presenças do secretário Estadual de Energia, Petróleo e Indústria Naval, Wagner Granja Victer, e do diretor de Novos Negócios e do Gerente da Área de Novos Negócios da Braspetro, respectivamente, Richard Olm e Antonio Cajueiro Costa.

Mostrando um otimismo diferente dos demais debatedores, o diretor de Novos Negócios da Braspetro chamou o gasoduto Bolívia-Brasil de estrada de progresso e caminho livre para o futuro. Richard Olm assinalou os cuidados ambientais que foram tomados durante a construção da obra – entre eles a preservação de sítios arqueológicos e programas assistenciais para as tribos de índios estabelecidas em áreas próximas ao empreendimento. Ainda segundo o executivo, a infra-estrutura muda a matriz energética do país, uma vez que, enquanto no resto do mundo o gás responde por 22% da energia primária, no Brasil este índice não passa dos 3%. "Nossa meta é elevar esta participação para 12% até 2005" – projetou Olm.

Representante do governo do Rio de Janeiro no encontro sobre o gasoduto Bolívia-Brasil, o secretário estadual de Energia, Wagner Victer, lembrou ter feito fortes críticas ao projeto, mas admitiu que agora o fato está consumado. "A oposição à obra não cabe mais, até porque o gasoduto resolve o problema de curto prazo"- disse. Ele apontou a exagerada priorização do uso do gás no momento em que o contexto exige o equilíbrio da matriz via utilização das outras modalidades. Wagner Victer lamentou que o governo federal tenha deixado de investir recursos em Furnas Centrais Elétricas, enquanto perdia tempo discutindo sua privatização. "Hoje, ela podia ser um trunfo estratégico e valioso" – acrescentou.

Já o gerente da Área de Novos Negócios da Braspetro, Antonio Cajueiro Costa, elogiou "a sinergia existente entre nossas necessidades e o aproveitamento do grande potencial existente num país vizinho que tem pouca população e consumo reduzido". Assinalou que a Petrobrás funcionou como alavancadora do projeto (sua participação, da ordem de 51% do valor do projeto, foi feita mediante o fornecimento dos tubos usados na obra) e procurou rebater as críticas segundo as quais "existem reservas mas não existe mercado". Segundo Antonio Cajueiro, "a Braspetro confirma que o gasoduto encorajou investimentos e o mercado está vindo".

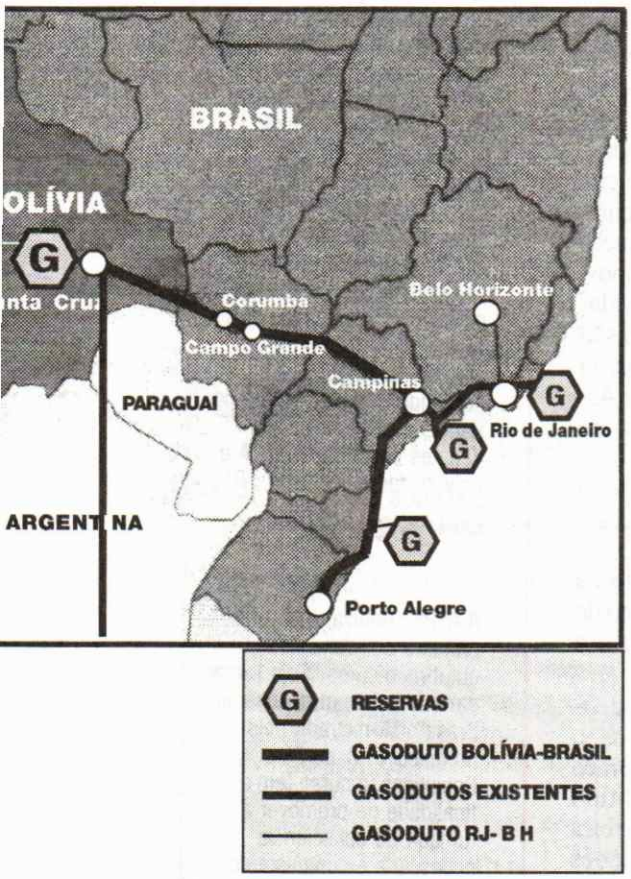
Vale lembrar que, apesar do otimismo dos gerentes da Braspetro (afinal eles são pagos para isso), a realidade é outra. O gasoduto Bolívia-Brasil concretiza nossa dependência energética. Doravante, ficaremos submetidos às decisões das multinacionais que controlam as reservas de gás brasileiras e o mercado interno de distribuição, especialmente Rio e São Paulo. Além disso, as tarifas ao consumidor estarão vinculadas aos preços do petróleo no mercado internacional, também controlado pelo cartel das megacorporações globalizadas.



"O ga
concr
Dorav
subm
multi
reser

potencial
o dos anos 50

n o gás boliviano e argentino



soduto Bolívia-Brasil
etiza nossa dependência.
ante, ficaremos
etidos às decisões das
acionais que controlam as
as de gás."

AEPET denuncia os interesses não confessados

Último debatedor do encontro Gasoduto Bolívia-Brasil, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, fez uma exposição minuciosa sobre o projeto neoliberal em curso no mundo, assinalou a quebra do monopólio do gás canalizado (imposição do FMI) e as recomendações feitas pelo consórcio Boozz Allen/Coopers Lybrand – a quem o governo federal entregou seu planejamento estratégico e a reestruturação do setor elétrico. De acordo com Siqueira, a consultoria internacional recomendou a utilização da termoele-tricidade em detrimento do formidável potencial hidrelétrico nacional. "O governo FHC deixou os projetos hidrelétricos morrerem para viabilizar as termelétricas que dependem da importação de gás", denunciou.

O presidente da AEPET classificou de falacioso o argumento segundo o qual a participação do gás na matriz energética do país é pequena e por isso deve ser aumentada. "Cerca de 85% de nosso potencial hidrelétrico foram preteridos, e países como a China e os Estados Unidos, por exemplo, usam carvão porque dispõem deste insumo em abundância. Cada país explora os recursos que tem. A Argentina tem gás, usa o gás. O Brasil tem potencial hidrelétrico, que use este", afirmou.

Fernando Siqueira assinalou ainda que o gasoduto foi construído à revelia da opinião pública e da comunidade científica e, no futuro, fatalmente,



Fernando Leite Siqueira

será privatizado. "Além disso, ele é anti-econômico, não tem demanda definida e atende a interesses de multinacionais, que agora vão dispor de infra-estrutura para viabilizar o mercado externo, como o de Camisea, no Peru, o de Terra do Fogo e Neuquem, na Argentina, o que totaliza cerca de 1,3 trilhão de m³ de gás".

Finalizando, Siqueira detalhou o perigo que representa a opção por termelétricas a gás: Em primeiro lugar, porque vamos trocar uma matriz energética limpa (95% hidrelétrica), por uma outra que queima combustível fóssil, gerador de CO_2. Além disso, vamos deixar de ter independência de energia, para depender de energia externa, controlada por empresas que só visam ao lucro, através do monopólio natural que é o gasoduto. Por fim, vamos optar por um combustível pago em moeda forte e que seria a sexta opção energética, após a hidrelétrica, a nuclear, o carvão nacional, o carvão importado e o óleo combustível.

Cuba Fim do bloqueio americano não acaba com o projeto socialista do país

Ao ser homenageado pela Associação Cultural José Martí e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na sede desta última, no dia 19 de setembro, o Embaixador Plenipotenciário de Cuba no Brasil, Jorge Lezcano Pérez, disse que os problemas do seu país não acabam com o simples fim do desumano bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. "A recuperação de nossa autonomia comercial é necessária, mas a suspensão da restrição não implica no abandono de nosso projeto socialista. E é bem possível que essa seja a expectativa de nossos vizinhos", advertiu.

O presidente da AEPET, Fernando Siqueira, aproveitou a homenagem para registrar o protesto da entidade contra "o embargo genocida" feito à Cuba, à Coreia do Norte e ao Iraque, entre outros. Lembrou que, para adquirir qualquer produto, inclusive remédios, Cuba é obrigada a pagar mais caro pelo frete dos navios que se arriscam a ser boicotados pelos EUA, ao se dirigir ao país. Siqueira advertiu também que a globalização é falaciosa, "pois os EUA construíram um muro de mais de 3 mil km na fronteira com o México, impedindo a livre circulação entre os países".

Recepcionado por jornalistas, políticos, juristas, intelectuais, lideranças sindicais e estudantis, Jorge Pérez lembrou que o sonho americano de incorporar Cuba a seu território é muito mais antigo do que a Revolução Cubana e também não acabaria com o eventual fim do bloqueio. Segundo ele, Benjamin Franklin, um dos pais da nação norte-americana, já defendia a posse da ilha em 1767; candidatos à eleição presidencial incluíram o tema em seus programas de governo no século XIX e mesmo a compra de Cuba à Espanha foi considerada em três ocasiões diferentes.

Com o auditório da ABI repleto de simpatizantes da causa cubana, o embaixador Jorge Pérez alertou que a manipulação e a distorção das informações levam muita gente a acreditar que o governo cubano quer a manutenção do bloqueio para justificar práticas de violação dos direitos humanos. "O direito de comprar e vender mercadorias é imperioso, porque crianças morrem em nosso país por falta de antibióticos produzidos nos Estados Unidos" – explicou. Segundo o diplomata, a unidade da população é fruto do nível de consciência decorrente da educação, e "esta é uma das prioridades que a Revolução deu aos cubanos".

O embaixador de Cuba no Brasil questionou também a forma como a concepção de Direitos Humanos é trabalhada, sua redução à estrita esfera da questão político-ideológica e o uso que se faz desta categoria para elaborar uma análise falseada da realidade cubana. Segundo Jorge Pérez, os direitos à vida, à educação, à saúde, ao saneamento são direitos humanos tão importantes quanto àqueles ligados às atividades políticas. "Em Cuba todos eles são respeitados, inclusive os políticos, já que os representantes do povo na Assembléia Nacional têm o poder de mudar o regime" – assegurou.

Jorge Pérez assinalou ainda que "este encontro transcende a solidariedade Cuba-Brasil porque está sendo realizado na casa do saudoso Barbosa Lima Sobrinho que, até o último momento de sua vida, defendeu a democracia e a amizade entre nossos países".

Compareceram à cerimônia e fizeram uso da palavra, entre outros, o diretor da ABI, José Gomes Talarico; a presidenta do Instituto Cultural José Martí, Zuleide Ferreira de Melo; o secretário de Relações Internacionais do governo do Estado do Rio de Janeiro, Teothônio Santos; o presidente da Casa Brasil-Cuba, Arthur Poerner; a presidenta do MODECON, Maria Augusta Tibiriçá; o presidente regional do PCB, Ivan Pinheiro; e o presidente da AEPET, Fernando Siqueira. Além destes, o presidente do IAB/RJ, Marcelo Cerqueira; o historiador Moacir Werneck de Castro e o geógrafo Orlando Valverde também compuseram a mesa.

Programa **Faixa Livre**

Ouça diariamente de 7h:30min às 9h:00 *Rádio Guanabara* **1360 kHz - AM**

A crise brasileira e suas soluções em debate!

NOTAS

DEBATE ITINERANTE

Os diretores da AEPET estão se revezando num programa de debates itinerantes, que está levando a diversas universidades as principais questões enfrentadas pelo Brasil, especialmente no campo da energia. No mês de setembro, o vice-diretor de Comunicações, Argermiro Pertence, participou de debates em centros acadêmicos do Rio Grande do Sul. O resultado tem sido tão positivo que o projeto será ampliado, de forma a envolver os Núcleos da AEPET, para suprir a falta de informações a respeito da nossa matriz energética, particularmente quanto ao petróleo. Nos próximos dias 16 e 18 de outubro, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, estará na Bahia, para participar de debates no CREA/CONFEA e universidades locais.

500 ANOS DE EXPLORAÇÃO

A AEPET realiza, a partir da primeira quinzena de outubro, o curso "Seis Temas para os Quinhentos Anos do Brasil". Mi-nistrado pelo professor F. C. de Sá e Benevides, o curso tem a finalidade de promover a tomada de consciência necessária à conquista do Brasil para os brasileiros, no contexto das relações internacionais do poder, a partir da discussão de temas de interesse nacional. As exposições serão semanais, com duração de 50 minutos, seguidas de 30 minutos de debates sobre o tema do dia. A atividade é aberta a sócios e não sócios e as inscrições podem ser feitas na sede da AEPET, mediante a contribuição de R$ 30,00. Outras informações: (21) 533-1110 ou pelo endereço eletrônico: aepet2@ax.apc.org.